

3. PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO:

Da **Divisão Financeira** submetendo à consideração do Executivo os seguintes pedidos de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais (H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º) do Código Regulamentar do Município de Braga:

REQUERENTES	TAXA A ISENTAR	LOCAL	VALOR
Condomínio do prédio do Largo Senhora-a Branca, 6 a 11	Alvará de licença (prorrogação) e ocupação da via pública	Largo da Senhora-a Branca-nº 6 a 11-S.Vitor	618,55 €
Fábrica da Igreja da Paróquia de Santa Maria de Sequeira	Alvará de licença (prorrogação)	Lugar da Igreja, nº 8 - Sequeira	229,28 €
Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Adaúfe	Licença Especial	Lugar de Moinhos - Adaúfe	531,84 €
Socimpacto-Promoção Agrária e Imobiliária, Lda	Emissão do alvará OPV	Gaveto da Rua do Raio e Rua de Goa, UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto)	525,20€
Fábrica da Sé Catedral	Emissão do alvará OPV	Rua de S. Domingos-53-S.Vitor	192,12 €
Gondocanalizações, Unipessoal, Lda	Taxa de Ocupação de Espaço Público	Gaveto da Rua Dr. Gonçalo Sampaio com a Rua de S. Lázaro - Edifício Liberdade Street Fashion-UF Braga (S. José S. Lázaro e S. João do Souto)	466,40 €
Condomínio do prédio Rua Santa Margarida	Taxa de Ocupação de Espaço Público	Rua Santa Margarida, nº 91-S.Vítor	231,20 €
João da Silva Ferreira Capa	Taxa de Ocupação de Espaço Público	Avenida da Liberdade, nº 516-UF Braga (S.José S.Lázaro e S.João do Souto)	255,70 €

Maria Gonçalves Vieira	Armanda Osório	Taxa de ocupação de Espaço Público	Praça Conde de Agrolongo, 65. 66 e 67 UF Braga(S. José S. Lázaro e S. João do Souto)	412,75€
João Paulo Simões	Ribeiro	Emissão de licença OVP	Rua de Guadalupe, 29-S.Vicente	2.351,51 €
Empresa S.A	Braxicom,	Emissão de licença OVP	Rua Monte de Arcos, nºs 15 e 16 e Rua S. Domingos-freguesia de S. Vicente	4.170,31 €

Submete-se novamente à consideração do Executivo o pedido de isenção de pagamento de taxas e outras receitas municipais apresentada por **José Luís Miranda Lopes**, relativo ao pedido de uma certidão de urbanismo referente ao prédio sito no Lugar de Cernadas, freguesia de Sobreposta, neste concelho. A Divisão Financeira pronuncia-se no sentido de o referido pedido ser indeferido.

Nº Informação: 17254

Data: 05/06/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 646/2019 - taxas referentes ao pagamento de Ocupação de Via Pública com alvará de licença do alvará de licença nº 155/2019, Condomínio do prédio do Largo da Senhora A Branca, nº 6 a 11, freguesia de S. Vitor, desta cidade, pessoa coletiva nº 901708860, no valor de 618,55€ (seiscentos e dezoito euros e cinquenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

i - Emissão do alvará de licença (prorrogação) - 98,65€

Prazo da licença - 2 meses - 14,95€ = 29,90€

Ocupação com tapume - 16m+1,50m+1,50m = 19m2x4 pisos x2 mesesx2,45€ =372,40€

Ocupação da via pública - 16,00mx1,50m = 24,00m2x2 meses x2,45€ = 117,60€

Total = 618,55€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de 11/4476 datada de 11/02/2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas





BRAGA
Município

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

A Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

[Handwritten signature]

O Diretor Municipal da Divisão Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

[Handwritten signature]
26/6/2016

[Handwritten in blue ink:]
Concordo com o infrascripto
A consideração superior.
Miguel, 14/05/19.

[Handwritten:] Concordo com o infrascripto.

[Handwritten:] A pedido do Sr. DRGAP, Sr. Rafael
João.

2016/06/26

[Handwritten signature]

[Handwritten in blue ink:] À ...

192703

[Handwritten signature]



*A 15 de Junho
1973*

Nº Informação: 5309

Data: 18/02/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 892/2010 - taxas referentes ao pagamento da primeira prorrogação do alvará de licença nº 510/2016, Fabrica da Igreja da Paróquia de Santa Maria de Sequeira, deste concelho, pessoa coletiva nº 501363548, no valor de 229,28€ (duzentos e vinte e nove euros e vinte e oito cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

i - Emissão do alvará de licença (prorrogação) - 55,76€

Prazo a prorrogar - 12 meses - 14,46€ = 173,52€

Total = 229,28€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/26525, datada de 23/08/2018.

O artigo H-1/16º refere:

- i) Freguesias;
- ii) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
- iii) As pessoas coletivas religiosas;
- iv) As associações desportivas legalmente constituídas;
- v) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
- vi) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

Consultada a conta corrente verificou-se que:

A requerente não tem dívida vencida ao município de Braga, encontrando-se por faturar e notificar os montantes identificados em epígrafe (229,28€).

No caso em apreço, verifica-se que a requerente se enquadra no elenco de entidades referidas na alínea g) do nº 1 do artigo H-1/16º do CRMB.

No entanto caberá ao Município tomar a decisão sobre o pedido efetuado.

Artigo H-1/18º

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

A Divisão Financeira,

[Assinatura]

[Assinatura]
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
António Guimarães

[Assinatura]
DMGAP, A. N. J. L.
2016/06/26

[Assinatura]
Concordo com a informação.
A consideração superior.
Pereira, 14/06/15.

[Assinatura]
Local: Rua da Igreja, nº 8 - Sequeira

Nº Informação: 17629

Data: 07/06/2019

Assunto: Análise da liquidação, Faturação e Isenção do processo de urbanização nº 20555/2004 - taxas de Licença Especial de Acabamentos da obra e averbamento do diretor da obra e substituição técnica da obra sita no Lugar de Moinhos, freguesia de Adaúfe, deste concelho em nome de Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Adaúfe, contribuinte nº 502861649, no valor de 531, 84€ (quinhentos e trinta e um euros e oitenta e quatro cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar à liquidação das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

i – Emissão de Licença especial - 78,04€;

ii – Prazo 24 meses x 14,46€ = 347,04€;

iii – Entrada de requerimento - 5,68€

IV – Averbamento do autor do Projeto – 47,70€

V – Entrada de requerimento – 5,68€

VI – Averbamento do Diretor da obra – 47,70€

TOTAL – 531,84€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da I/21547, datada de 04/07/2018. No caso em apreço, verifica-se que a requerente se enquadra no elenco de entidades referidas na alínea g) do nº 1 do artigo H-1/16º do CRMB.

Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:

- a) As freguesias;
- b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
- c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
- d) As pessoas coletivas religiosas;
- e) As associações desportivas legalmente constituídas;
- f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
- g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

A isenção pode ser fundamentada pela alínea b) do artigo H-1/19º que refere: “As isenções e reduções previstas no presente Título visam: b) Facilitar a concretização das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades abrangidas;”.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os





despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

A consideração superior,

A Divisão Financeira.

Concordo.
O Diretor-Geral de Gestão Administrativa e Prospetiva
26/6/2019

*Concordo com a informação.
A consideração superior,
Rui Moura, 11/06/19.*

*Concordo. A pedido do Sr. DSGAP, Dr. Miguel
Lima.*

2016/06/26

A pedido do Sr. DSGAP.

12/7/19

Nº Informação: 18591

Data: 17/06/2019

Assunto: Análise e Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº113/2009 –Taxas de ocupação da via publica com grua, para substituição de vidros na fachada do prédio sito no Gaveto da Rua do Raio e Rua de Goa, da União de Freguesias de Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto), em nome de Socimpacto-Promoção Agrária e Imobiliária, Lda, contribuinte nº 504350595, no valor de 525,20€ (quinhentos e vinte e cinco euros e vinte cêntimos)

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe

- i) –Emissão do alvará = 98,65€
- ii) Prazo = 1 mês x 14,95€ = 14,95€
- iii) O.V.P. = 48,00m2 x 1 mês x 2,45€ = 117,60€
- iv) Tapume = 20ml x 6 pisos x 1 mês x 2,45€ = 294,00€

Total = 525,20€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através de I/ 14627 de 15/05/2019

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os



normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

[Handwritten signature]

*Com o intuito concordar
a concordância inferior.
Braga, 25/05/19.*

Concordo com a inferior técnica.

A pedido do L. DNBP, D. Rafael

Imun.

2019/06/26

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
20/6/2019
Miguel Antunes Guimarães

A 26 de Junho.

192753

[Handwritten signature]

A. do Executivo
19.07.13

Nº Informação: 17907

Data: 12/06/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 716/2018 - taxas de ocupação de espaço público para apoio à obra de conservação e beneficiação de prédio e substituição de telhado sito na Rua S. Domingos nº 53, freguesia de S. Vitor, desta cidade, propriedade da Fábrica da Sé Catedral, identificação fiscal nº 501225510, no valor de 192,12 € (cento e noventa e dois euros e doze cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56€
- ii) Prazo = 2 mês x 14,46€ = 28,92€
- iii) Tapume = 6m x 1,00m + 1,00m = 8,00 m x 1 pisos x 2 meses x 2,38€ = 38,08 €
- iv) O.V.P. = 6 m x 1,00m = 6,00m2 x 2 mês x 2,38 € = 28,56 €

TOTAL = 192,12 €

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/19950, datada de 20/06/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

[Assinatura]

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

26/06/2019

*Com a minha consideração,
à Consideração Superior.
Braga, 25/06/19.*

*Enviado com a minha atenção.
A minha h. ONDA. 20. 12. 19. 19.
2012/06/26*

Nº Informação: 18534
Data: 18/06/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do pedido registado com o nº E/7944/2019 - Gondocanalizações, Unipessoal, Lda., com o número de identificação fiscal 510 876 994 – taxa de Ocupação do Espaço Público (plataforma elevatória e estacionamento de camião grua) para realização de obras de conservação (substituição de vidro partido) do imóvel sito no gaveto da Rua Dr. Gonçalo Sampaio com a Rua de S. Lázaro – Edifício Liberdade Street Fashion, União de Freguesias de Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto), no valor de 466,40€ (quatrocentos e sessenta e seis euros e quarenta cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) OEP: 176,40€
- iv) Tapume: 176,40€

TOTAL = 466,40€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 6519, de 27 de fevereiro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.



O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Com a minha consideração,
= Consideração superior,
18/06/15.*

*Grande com a minha técnica.
Deixo a cargo do h. DN 65P, B.*

Rafael Gomes.

16/06/15
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

*A → do Excmo
190703*

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 18846

Data: 19/06/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1034/2018 - Condomínio do Prédio sito na Rua de Santa Margarida, n.º 91, com o número de identificação fiscal 901 557 099 – taxa de Ocupação do Espaço Público (andaime) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Rua de Santa Margarida, n.º 91, Freguesia de S. Victor, Braga, no valor de 231,20€ (duzentos e trinta e um euros e vinte centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) OEP: 19,60€
- iv) Tapume: 98,00€

TOTAL = 231,20€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 19351, de 15 de junho de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a



aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

A consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

com a minha concordância,
e consideração superior.
Barroso, 25/06/19

Concordo com a informação técnica.

A pedido do L. DN&AP, Dr. R. F. F.

Joana Barroso

2019/06/26

Joana Barroso

26/06/2019
Gestão Administrativa e Prospetiva
António Guimarães

Joana Barroso

A ... do ...

19753

[Handwritten signature]

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 15220

Data: 20/05/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 248/2019 - João da Silva Ferreira Capa, com o número de identificação fiscal 105 432 474 – taxas de Ocupação do Espaço Público (andaime) para realização de obras de conservação, beneficiação e limpeza da fachada do edifício sito na Avenida da Liberdade, n.º 516, União das Freguesias de Braga (S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 255,70€ (duzentos e cinquenta e cinco euros e setenta cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) **Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)**

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) OEP: 19,60€
- iv) Tapume: 122,50€

TOTAL = 255,70€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 3275, de 30 de janeiro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.



O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*concordo com a informação.
A consideração superior.
Ribeiro, 14/05/14*

Luís do.
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
26/06/14

*concordo com a informação técnica.
A indicação h. DN688, 2.ª. Refund
Luís.*

2019/06/26

du

*A → do Excmo.
190703
[Signature]*

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 18545

Data: 18/06/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 615/2019 - Maria Armanda Gonçalves Osório Vieira, com o número de identificação fiscal 230 988 865 – taxa de Ocupação do Espaço Público (andaime) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Praça Conde de Agrolongo, n.ºs 65, 66 e 67, União de Freguesias de Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto), no valor de 412,75€ (quatrocentos e doze euros e setenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (2 meses): 29,90€
- iii) OEP: 63,70€
- iv) Tapume: 220,50€

TOTAL = 412,75€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 14209, de 10 de maio de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.



O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Com a minha concordância,
= Consideração superior,
12/06/15.*

Concordo com a informação técnica

A pedido do Sr. DRBSP, Dr. Ricardo

Barroso.

2019/06/26

Joana

Joana Barroso
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Rui Miguel Antunes

A pedido do Sr. Barroso

19/07/15

[Signature]

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 12846
Data: 29/04/2019

Div. Financeira
19.07.58

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº13928/2017 - taxas de ocupação de espaço público, para a realização de obras de reconstrução e ampliação de edifício sito na Rua de Guadalupe, 29, freguesia de S. Vicente, desta cidade, propriedade de João Paulo Ribeiro Simões, identificação fiscal nº 189288728, no valor de 2351,51 € (Dois mil, trezentos e cinquenta e um euro e cinquenta e um cêntimo).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 98,65 €
- ii) Prazo 24 meses x 14,95€ = 358,80€
- iii) Áreas de reconstrução do r/c e andares – 405,96m² x 1,15 € = 466,86€
- iv) Varandas exteriores e terraço – 29,72m² x 1,15€ = 34,18€
- v) Anexo – 16,80m² x 1,15€ = 19,32€
- vi) Elevador – 1,00 x 61,70€ = 61,70€
- vii) Emissão de licença de O.V.P. – 98,65€
- viii) Prazo de licença de O.V.P. - 09 meses x 14,95€ = 134,55€
- ix) Tapume – 6,40m + 1,00m + 1,00m = 8,40m x 3 pisos x 9 meses x 2,45€ = 555,66€
- x) O.V.P. – 6,40m x 1,00m = 6,40m² x 9 meses x 2,45€ = 141,12€
- xi) O.V.P. com grua – 3,50m x 4,95m = 17,33m² x 9 meses x 2,45€ = 382,02€

TOTAL = 2 351,51€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/5506/2019, datada de 19/02/2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a





BRAGA
Município

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na

Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

Informa-se que, salvo melhor opinião deve ser recalculada a isenção para que a proposta incida apenas sobre os 18 meses, sendo necessária a liquidação, notificação e faturação dos restantes valores.

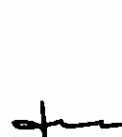
A Divisão Financeira

A Consideração Superior,

A luz do Parecer Jurídico contido no
despacho n.º 2565, o qual elucida o despacho
de consideração de 23/01/2019 (DGPAP),
concordo com a informação fornecida.
A consideração superior.
Bragança, 08/05/19.

Concordo com a informação fornecida. A unidade
do h. DGPAP, de. Miguel F.

2019/06/27


O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
25/6/2019

Nº Informação: 12883
Data: 29/04/2019

D. Filipe Ceia
A → de Contas
190708

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 676/2015 - taxas de ocupação de espaço público, para a realização de obras de reconstrução de prédio sito na Rua Monte de Arcos nº 15 e 16 e Rua de S. Domingos, freguesia de S. Vicente, desta cidade, propriedade da Empresa Braxicom, S.A., identificação Fiscal nº 505855976, no valor de 4170,31 € (quatro mil cento e setenta euros e trinta e um cêntimo).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56 €
- ii) Prazo 24 meses x 14,46€ = 347,04€
- iii) Áreas de reconstrução do r/c, andares e sótão – 493,45m² x 1,12 € = 552,67€
- iv) Varandas – 11,44m² x 1,12€ = 12,82€
- v) Terraço – 23,90m² x 1,12€ = 26,77€
- vi) Elevador – 1,00 x 59,77€ = 59,77€
- vii) Emissão de licença de O.V.P. – 96,56€
- viii) Prazo de licença de O.V.P. - 12 meses x 14,46€ = 173,52€
- ix) Tapume – 8,200m + 2,00m + 2,00m = 12,20m² x 4 pisos x 12 meses x 2,38€ = 1 393,73€
- x) O.V.P. – 8,20m + 2,00m = 10,20m x 12 meses x 2,38€ = 468,39€
- xi) Tapume da Rua de S. Domingos – 5,00m + 1,00m + 1,00m = 7,00m x 4 pisos x 12 meses x 2,38€ = 799,68€
- xii) O.V.P. – 5,00m x 1m = 5,00m² x 12 meses x 2,38€ = 142,80€

TOTAL = 4 170,31€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/25251/2018, datada de 07/08/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da





BRAGA
Município

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).
Informa-se que, salvo melhor opinião, deve ser recalculada a isenção para que a proposta incida apenas sobre 18 meses, sendo necessária a liquidação, notificação e faturação dos restantes valores.

A Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

*A luz do Parecer Jurídico Contido no infomeço
n.º 565, o qual obtive despacho de
concordância a 23/01/2015 (DMUOP),
concordo com a infomeço trínica.
Braga, 08/05/19.*

*Concordo com a infomeço trínica. À ordem do
Sr. DRGAP, Dr. Miguel F.*

2019/06/27

Concordo,
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel António Guimarães
2019

OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA (COLOCAÇÃO DE GRUA)

comprimento	largura	área total m2	meses	TAXA	total
3,50	4,95	17,33	9	2,45 €	382,02 €

SOMA = 1 078,80 €

A LIQUIDAR (SOMATÓRIO DA EMISSÃO DAS LICENÇAS, PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS, ÁREAS BRUTAS A RECONSTRUIR E A AMPLIAR MAIS A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

TOTAL A LIQUIDAR = 2 351,51 €

TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO A LIQUIDAR

HÁ LUGAR AO PAGAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO C/ A ÁREA DE 164,51 M2, DERIVADO DO SOMATÓRIO DA DIFERENÇA DAS ÁREAS BRUTAS DA CONSTRUÇÃO EXISTENTE (PISO DO R/CHÃO, 1.º E 2.º ANDAR) C/ 241,45 M2 E AS ÁREAS BRUTAS A RECONSTRUIR E A AMPLIAR (PISO DO R/CHÃO, 1.º, 2.º, 3.º ANDAR) C/ 405,96 M2, CUJO O FATOR CORRESPONDENTE AO USO E OU TIPO DE UTILIZAÇÃO PARA "HABITAÇÃO" É "1,00", CONFORME O PREVISTO NO (N.º 1, DO ARTIGO 3.º, DO REGULAMENTO DE COBRANÇA DE TAXA PELA REALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORÇO DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS.

APLICAÇÃO DA FORMULA = $i \times l \times u \times A \times C$

i = 0,012	não inserida em loteamento
l = 1,00	dentro do perímetro urbano
u = 1,00	é o factor correspondente ao uso ou tipo de utilização das edificações (habitação = 1,00)
A = 164,51	áreas brutas totais da edificação a ampliar (m2)
C = 801,06	C - euros/m2 - é o custo correspondente a área do metro quadrado de construção definido pela Portaria que fixa periodicamente os
TMU = $0,012 \times 1,00 \times (1,00 \times 164,51 \text{ m}^2) \times 801,06 =$	

1) INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS (TMU)

1 581,39 €

SOMA = 1 581,39 €

TOTAL A LIQUIDAR SOMATÓRIO EMISSÃO DAS LICENÇAS, PRAZOS PARA AS OBRAS, ÁREAS DA EDIFICAÇÃO A RECONSTRUIR E A AMPLIAR, OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA, MAIS A TAXA MUNICIPAL DE URB.

TOTAL A LIQUIDAR = 3 932,90 €

três mil novecentos e trinta e dois euros e noventa centimos

DATA: 2019.03.04
O, TÉCNICO:

[Assinatura]

A. obras

PAGA A LICENÇA DE OBRAS PELA

At N.º 009/5406/2019 (+10)

Alvará N.º 119/2019

Em: 2019.03.06

Termina o prazo em 08/03/2021

o.v.p

PAGA A LICENÇA DE OBRAS PELA

Guia N.º *[Assinatura]*

Alvará N.º 77/2019

Em: 2019.03.06

Termina o prazo em 09/12/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE ALTERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO

N.º 119 / 2019

Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, é emitido o presente alvará de licenciamento de obras de alteração, reconstrução e ampliação, em nome de **JOÃO PAULO RIBEIRO SIMÕES**, contribuinte n.º 189 288 728, cuja operação urbanística visa o licenciamento de alterações ao prédio existente, nomeadamente a remodelação, reconstrução e ampliação, cujo programa prevê um edifício destinado a uma habitação unifamiliar, composta por 4 pisos (r/c, 1.º, 2.º e 3.º andar + anexo para "arrumos"), relativamente à edificação sita na rua de Guadalupe, com o n.º 29, da freguesia de Braga (São Vicente), descritos na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 755/19970910 e inscrito na Matriz de natureza Urbana sob o artigo n.º 1519, da respetiva freguesia.

As obras de alteração e ampliação foram aprovadas por despacho proferido em 03/05/2018 pelo do Sr. Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade, com competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga em 06/11/2017 e respeitam o disposto no indicado do Plano Diretor Municipal de Braga e o Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga apresentando as seguintes características:

Áreas totais da edificação a alterar/reconstruir e a ampliar: c/ 405,96 m²;
Área total de terraços/varandas e acessos exteriores: c/ 29,72 m²;
Área de implantação relativo ao edifício a alterar/reconstruir e a ampliar: c/ 120,19 m²;
Volumetria total do edifício a alterar/reconstruir e a ampliar: c/ 1.217,88 m³;
Número de pisos acima da cota de soleira: 4;
Número de pisos abaixo da cota de soleira: 0;
Altura da fachada do edifício: c/ 12,50 m;
Uso a que se destina a edificação: "Habitação Unifamiliar de tipologia do tipo "T3";
Áreas totais da edificação do anexo a alterar/reconstruir: c/ 16,80 m²;
Área de implantação relativo ao edifício do anexo a alterar/reconstruir: c/ 16,80 m²;
Volumetria total do edifício do anexo a alterar/reconstruir: c/ 50,40 m³;
Número de pisos acima da cota de soleira: 1;
Número de pisos abaixo da cota de soleira: 0;
Altura da fachada do anexo: c/ 3,00 m;
Uso a que se destina a edificação: "Arrumos de apoio à Habitação Unifamiliar";
Prazo dado para a realização das obras: **24 meses**.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

O Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade.



Miguel de Melo Bandeira, Prof

Registado na Câmara Municipal de Braga, em, 2019/03/06

Manuel. Silva - Assistente Técnico.

Pago pela guia n.º: 009/5406/2019 (TMU)

Pedido de isenção: E/9551/2019



BRAGA

DMUOP - DGU - DGUEP

N.º Processo 13928/2017

Requerente: JOÃO PAULO RIBEIRO SIMÕES

Contribuinte 189 288 728

Local da Obra: RUA DE GUADALUPE, N.º 29 - FREGUESIA DE BRAGA (SÃO VICENTE).

A operação urbanística visa o licenciamento de alterações ao prédio existente, nomeadamente a remodelação, reconstrução e ampliação, cujo programa prevê um edifício destinado a uma habitação unifamiliar, composta por 4 pisos (r/c, 1.º, 2.º e 3.º andar), relativamente à edificação sita na rua de Guadalupe, com o n.º 29, da freguesia de Braga (São Vicente), descritos na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 755/19970910 e inscrito na Matriz de natureza Urbana sob o artigo n.º 1519; CUJO PROCEDIMENTO ESTÁ SUJEITO A UM LICENCIAMENTO.

ÁREAS BRUTAS TOTAIS DA CONSTRUÇÃO APRESENTADAS COMO EXISTENTES

R/CHÃO	C/	90,00	M2	HABITAÇÃO
1.º ANDAR	C/	90,00	M2	
2.º ANDAR	C/	61,45	M2	
ANEXO	C/	18,15	M2	ARRUMOS DE APOIO

ÁREAS BRUTAS TOTAIS A RECONSTRUIR E A AMPLIAR APROVADAS POR DESPACHO DE 03/05/2018

R/CHÃO	C/	120,19	M2	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR
1.º ANDAR	C/	111,15	M2	
VARANDAS E ACESSOS EXTERIORES	C/	15,53	M2	
2.º ANDAR	C/	105,23	M2	
3.º ANDAR	C/	69,39	M2	
TERRAÇO	C/	14,19	M2	ARRUMOS DE APOIO
ANEXO	C/	16,80	M2	
ELEVADOR				

ÁREAS TOTAIS A LIQUIDAR RELATIVAMENTE À RECONSTRUÇÃO TOTAL E AMPLIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE

R/CHÃO	C/	120,19	M2	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR
1.º ANDAR	C/	111,15	M2	
VARANDAS E ACESSOS EXTERIORES	C/	15,53	M2	
2.º ANDAR	C/	105,23	M2	
3.º ANDAR	C/	69,39	M2	
TERRAÇO	C/	14,19	M2	ARRUMOS DE APOIO
ANEXO	C/	16,80	M2	

NOTA DE LIQUIDACÃO

EMIÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA (RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO)

(TAXA) = 98,65 €

PRAZO DA LICENÇA (MENCIONADA NA CALENDARIZAÇÃO)

MESES

24

TAXA/MÊS

14,95 €

= 358,80 €

SOMA = 457,45 €

ÁREAS BRUTAS TOTAIS DA RECONSTRUÇÃO TOTAL E AMPLIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO (A LIQUIDAR)

1) ÁREAS TOTAIS (PISOS DO R/C E ANDARES)

M2

405,96

TAXA

1,15 €

= 466,86 €

2) ÁREAS DE VARANDA ACESSOS EXTERIORES E TERRAÇO

M2

29,72

TAXA

1,15 €

= 34,18 €

3) ANEXO

M2

16,80

TAXA

1,15 €

= 19,32 €

4) ELEVADOR

UNIDADE

1,00

TAXA/UNIDADE

61,70 €

= 61,70 €

SOMA = 582,06 €

OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA NA EXECUÇÃO DA OBRA

A OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA, FOI ANALISADA PELA DIVISÃO DE TRANSITO EM 01.03.2019 E. O PRAZO DADO PARA A OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA, É DE 9 MESES.

NOTA DE LIQUIDACÃO (OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA) "PRAZO 9 MESES"

EMIÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA (OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA)

(TAXA) = 98,65 €

PRAZO DA LICENÇA (PREVISTO NA CALENDARIZAÇÃO)

MESES

9

TAXA/MÊS

14,95 €

= 134,55 €

SOMA = 233,20 €

ÁREAS E PRAZO DA O.V.P., DE ACORDO COM O INFORMADO PELA DIVISÃO DE TRÂNSITO

TAPUME = comprimento + largura + largura = área total (m) x n.º de pisos x meses x taxa

comprimento	largura	largura	área total m	pisos	meses	TAXA	total
6,40	1,00	1,00	8,40	3	9	2,45 €	555,66 €

OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA = comprimento x largura = área total (m2) x meses x taxa

comprimento	largura	área total m2	meses	TAXA	total
6,40	1,00	6,40	9	2,45 €	141,12 €

FOLHA "1" CONTINUA

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

ALVARÁ DE LICENÇA DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA N.º 77 / 2019

Nos termos da parte D, do Código Regulamentar do Município de Braga, por despacho proferido em 01/03/2019, pelo Diretor de Departamento e Ordenamento do Território, no uso de subdelegação de competências atribuídas pelo Sr.º Diretor Municipal de Urbanismo Ordenamento e Planeamento em 02/07/2018 é emitido o presente alvará de licença de ocupação da via pública, em nome de JOÃO PAULO RIBEIRO SIMÕES, contribuinte n.º 189 288 728, cuja operação urbanística visa o licenciamento de alterações ao prédio existente, nomeadamente a remodelação, reconstrução e ampliação, cujo programa prevê um edifício destinado a uma habitação unifamiliar, composta por 4 pisos (r/c, 1.º, 2.º e 3.º andar + anexo para "arrumos"), relativamente à edificação sita na rua de Guadalupe, com o n.º 29, da freguesia de Braga (São Vicente), descritos na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 755/19970910 e inscrito na Matriz de natureza Urbana sob o artigo n.º 1519, da respetiva freguesia, apresentando as seguintes características:

Pode autorizar-se a ocupação da via pública, para colocação de tapumes e andaimes nas seguintes condições:

Tapume: 3 Pisos c/ (6.40 m + 1.00 m + 1.00 m) = 8,40 m;

Ocupação da via pública = (6.40 m x 1.00 m) = 6.40 m²;

Ocupação da via pública (colocação de grua) = (3.50 m x 4.95 m) = 17.33 m²;

Condicionamentos das obras:

Devem ser salvaguardadas todas as normas de segurança e sinalização em vigor.

Deverá ser salvaguardada a passagem de peões e veículos em condições de segurança.

O tapume deve ser assinalado com cores refletoras

Deve ser salvaguardada a passagem de peões e veículos em condições de segurança.

O estacionamento do lado oposto deverá ser proibido a uma distância de 10 metros para cada lado dos tapumes de forma a permitir a circulação automóvel.

Deverá o requerente solicitar o corte de trânsito para montagem da grua com 15 dias de antecedência e solicitar a colaboração da Polícia Municipal ou PSP.

Nota: No final do prazo deverá ser equacionada a necessidade de permanência da ocupação da via pública.

Prazo dado para a ocupação da via pública: **9 meses.**

O Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade



Miguel de Melo Bandeira, Prof.

Registado na Câmara Municipal de Braga, em, 2019/03/06

Manuel Silva, assistente técnico

Pago pela guia n.º: Isenção E/9551/2019

Câmara Municipal de Braga

Conta Corrente de Entidades

25/03/2019

Nº. Contribuinte: 189288728

Nome: JOÃO PAULO RIBEIRO SIMÕES

Ano	Data	Aplicação/Área de Faturação	Documento	Nº. Doc.	Valor Doc.	Valor Pago	Valor Dívida	Situação	Serviço Emissor
2018	10/04/2018	SGF	FAT.	008/4967	67,84	67,84	67,84	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/4967 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/2493 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
	07/05/2018	SGF	FAT.	008/6185	22,17	22,17	22,17	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/6185 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/3194 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2019	12/06/2018	SGF	FAT.	008/8271	5,68	5,68	5,68	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/8271 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/4391 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
	06/03/2019	GUI Urbanismo	FAT.	009/5406	1 581,39	1 581,39	1 581,39	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/5406 de 2019 efetuado pela Guia Nº 03/2320 de 2019					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2018	22/06/2018	GUI Serviços Diversos	FAT.	009/15477	8,63	8,63	8,63	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/15477 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/6888 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
		GUI Urbanismo	FAT.	009/15478	10,96	10,96	10,96	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/15478 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/6887 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2017	25/07/2017	GUI Serviços Diversos	FAT.	009/15751	24,65	24,65	24,65	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/15751 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/12865 de 2017					0,00	Recebido por: Tesouraria	
	03/08/2017	GUI Serviços Diversos	FAT.	009/16351	49,30	49,30	49,30	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/16351 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/13389 de 2017					0,00	Recebido por: Tesouraria	
	08/08/2017	GUI Urbanismo	FAT.	009/16667	47,20	47,20	47,20	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/16667 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/13568 de 2017					0,00	Recebido por: Tesouraria	
	06/09/2017	GUI Urbanismo	FAT.	009/18284	29,88	29,88	29,88	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/18284 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/14804 de 2017					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2018	07/11/2017	GUI Urbanismo	FAT.	009/22738	29,88	29,88	29,88	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/22738 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/17914 de 2017					0,00	Recebido por: Tesouraria	
	27/11/2018	GUI Urbanismo	FAT.	009/33819	102,00	102,00	102,00	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/33819 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/12722 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2019	08/02/2019	SGF	FAT.	014/1530	5,85	5,85	5,85	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 014/1530 de 2019 efetuado pela Guia Nº 98/1504 de 2019					0,00	Recebido por: Tesouraria	

Câmara Municipal de Braga

Conta Corrente de Entidades

25/03/2019

Nº. Contribuinte: 189288728

Nome: JOÃO PAULO RIBEIRO SIMÕES

Ano	Data	Aplicação/Área de Faturação	Documento	Nº. Doc.	Valor Doc.	Valor Pago	Valor Divida	Situação	Serviço Emissor
2019	15/02/2019	SGF	FAT.	014/1756	7,35	7,35	7,35	Pago	98 - Serviços On Line
			Pagamento FAT. 014/1756 de 2019 efetuado pela Guia Nº 98/1730 de 2019					0,00 Recebido por: Tesouraria	
	19/02/2019	SGF Atendimento Presencial	FAT.	014/1831	5,85	5,85	5,85	Pago	98 - Serviços On Line
			Pagamento FAT. 014/1831 de 2019 efetuado pela Guia Nº 98/1817 de 2019					0,00 Recebido por: Tesouraria	
	08/03/2019	SGF Atendimento Presencial	FAT.	014/2467	5,85	5,85	5,85	Pago	98 - Serviços On Line
			Pagamento FAT. 014/2467 de 2019 efetuado pela Guia Nº 98/2449 de 2019					0,00 Recebido por: Tesouraria	
Documentos consultados: 16					2 004,48	2 004,48	0,00		
Documentos Pagos: 16									

Total de Documentos: 16

Total de Documentos Pagos: 16

Total : 2 004,48 2 004,48 0,00



BRAGA

DMGAP - Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Informação - 2565

Assunto: Análise Isenções de taxas relativas a operações urbanísticas de reconstrução e ampliação

Processo n.º 401/URB/PROC/15 MCSR Construções, Lda.

Com.
 À Dir. Municipal para
 os devidos efeitos.

1921-24

1 - No processo supra identificado foi solicitado parecer jurídico, pelo Sr. Diretor da DMGAP, no sentido de esclarecer se *"A isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente) ou subjetiva (que é atribuída em função da qualidade do requerente)..."*

Analizados os elementos disponíveis, verifica-se que a questão levantada se prende com a isenção ou aplicação de taxas por obras de reconstrução e ampliação de edifícios no centro histórico, promovidas por empresa de construção.

2 - Para enquadrar a questão, cumpre, antes de mais, invocar a mudança de paradigma instituída com as alterações legislativas e regulamentares determinadas pelo **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRE)**, DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, que consagrou um conjunto de reformas nos procedimentos administrativos, que visou a agilização, flexibilização e simplificação das operações urbanísticas em áreas de reabilitação urbana, tal como de edifícios ou frações, mesmo estando fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique essa intervenção.

Com efeito, ao sublinhar a importância da reabilitação urbana como fator de desenvolvimento das cidades e da economia no país, estabeleceu-se um regime para a "proteção do existente", que permitiu dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção em geral.

No seguimento dessa política de salvaguarda, foi também publicado o **Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril (RERU)**, que instituiu um Regime Excecional e temporário de reabilitação de edifícios, abrangendo as obras de conservação, de alteração, de reconstrução

e de construção e ampliação, quando estas últimas sejam condicionadas por certas características pré-existentes, juntamente com as alterações de utilização. O RERU visou, em complemento das medidas consagradas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção, quando as mesmas, por terem sido orientadas para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.

Como instrumento adicional de estímulo às operações de requalificação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais ativa no processo e ao estabelecimento de parcerias com as entidades públicas, consagrou-se um conjunto de **benefícios fiscais**.

O **Estatuto dos Benefícios Fiscais** instituiu, na verdade, um conjunto de incentivos específicos em matéria de reabilitação urbana, para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação localizados em ARU, em matéria de IMI, IRS, mais-valias, rendimentos prediais e IVA.

3 - Ora, neste contexto legislativo, o Município de Braga, foi adaptando os seus regulamentos e **adotou, também, medidas de incentivo à revitalização e reabilitação de edifícios, nomeadamente, no centro histórico** - vide Artigo B-3/4.º, do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).

Assim, dispõe o **artigo B-3/4.º**: *"Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e revitalização do Centro Histórico, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:*

- a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipladas no Artigo H-1/17.º;*
- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede de elaboração dos respetivos projetos;*

- c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.” (sublinhado nosso)*

Relativamente às **isenções e reduções de taxas**, aplica-se a Secção III, do Título I, da Parte H, do CRMB, dos artigos H-1/15.º a H-1/21.º.

No tocante às **isenções**, o CRMB estabelece a possibilidade de isenções subjetivas, em função da pessoa ou entidade que as requer- **artigo H-1/16.º**, bem como isenções relativas a operações urbanísticas no centro histórico – **artigo H-1/17.º**.

A competência para a concessão de isenções ou reduções é da Câmara Municipal, devendo, posteriormente, dar-se conhecimento das isenções e reduções concedidas, à Assembleia Municipal. (cfr. artigo H-1/18.º)

Importa, também, destacar o disposto no artigo H-1/19.º (fundamentação das isenções e reduções).

Conforme resulta do **artigo B-3/4.º** supra transcrito, as operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normas urbanísticas do Título B-3, poderão ser isentas de taxas, nos termos do definido no artigo H-1/17.º.

Por seu turno, dispõe o **artigo H-1/17.º**:

“1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

- i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;*

- ii. *Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;*
- iii. *Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.*

2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor."

4 - Enquadrada a questão, afigura-se-nos que à situação em apreço, se aplica o disposto no artigo H-1/17.º, cujo fundamento é, precisamente, tal como resulta da leitura conjugada da norma com o artigo B-3/4.º, o incentivo às operações urbanísticas aí elencadas, designadamente, às operações de reabilitação. É essa a razão de ser da norma: o incentivo e o incremento das operações de reabilitação e reconstrução nos edifícios do centro histórico.

Esta norma especial, não contendendo nem contrariando o disposto no artigo H-1/19.º, norma geral e programática, de fundamentação geral, para os pedidos de isenção e redução, estabelece, no entanto, uma fundamentação específica e particular, a verificar, no caso concreto, para as situações que elenca.

Face ao exposto, parece-nos irrelevante a questão de saber quem (sujeito) requer a isenção e quais as condições económicas do requerente, uma vez que a isenção se aplica (ou poderá ser aplicável, desde que reunidos os pressupostos constantes do art. H-1/17.º) à operação urbanística, objetivamente considerada.

Assim, em jeito de conclusão, afigura-se-nos claro que a isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente), porque atribuída em função da concretização de determinada operação urbanística que se pretende incentivar, no âmbito do que vem sido sustentado nos diplomas legais supra analisados.

Este é s.m.o., o nosso parecer.

A Jurista,

Ana Beazinho
22/01/2019.

DMGAP

Conunto com a
interpretação da M. Ana Bernardo.
Remeter à M. Olga Pereira.
Como esta interpretação merece a
concordância do M. Presidente, ser
de adoptar este entendimento mais
e em todos os casos análogos.
Após despacho, remeter à Direcção
Financeira.
Cópia à DMUOP.

23/01/2019 *ly*

Processo: 13928 / 2017

Requerimento: 9551/2019

Requerente: JOÃO PAULO RIBEIRO SIMÕES

Local da obra: Rua de Guadalupe, 29 - BRAGA Braga (São Vicente)

Assunto: Isenção de Taxas

Informação técnica N.º 5506/2019

Técnico responsável: Manuel Faria Lopes

Data: 19-02-2019

*Deposito em bpo.
Mano Mont.
6-3-2019*

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

1.1 O requerente solicita, através do requerimento registado E/9551/2019, isenção de taxas de licença e de espaço público, para a realização das obras de reconstrução e ampliação edifício, sito na rua de Guadalupe, n.º 29, Freguesias de Braga (S. Vicente), com o n.º de processo 13928/2017, ao abrigo do artigo B-3/4.º do Código Regulamentar do Município de Braga publicado em 26/10/2016 (regulamento n.º 973/2016).

2. ANÁLISE

2.1 O pedido reúne as condições para ser concedida a isenção de taxas de licença e taxas de ocupação de e via pública, exceto TMU (Taxa Municipal de Urbanização), conforme previsto na alínea i), e alínea iii), do n.º 1, do Art.º H-1/17.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3. PROPOSTA

3.1 Propõe-se o deferimento do pedido de isenção de taxas, ao abrigo da alínea i), e alínea iii), n.º 1, do Art.º H-1/17.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

Manuel Faria Lopes

Digitally signed by MANUEL
FÁRIA LOPES
Date: 2019.02.19 12:34:51
+00:00
Location: Portugal

N.º Processo 676/2015

Requerente: BRAXICOM, S. A.

Contribuinte 505 855 976

Local da Obra: RUA MONTE DE ARCOS E RUA DE SÃO DOMINGOS, N.ºs 15 e 16 - FREGUESIA DE BRAGA (SÃO VÍTOR)

A operação urbanística visa a reconstrução integral e a ampliação de dois prédios urbanos, convertendo-os numa única parcela destinada a uma habitação unifamiliar, sito na rua Monte de Arcos e rua de São Domingos, com os n.ºs 15 e 16 de polícia, com os n.ºs 29 a 31 de polícia, da Freguesia de Braga (São Vítor), descritos na 1.ª Conservatória do registo Predial de Braga sob o n.º 3366 3e 2647 e inscrito na matriz urbana com os n.ºs 885 e

ÁREAS DA CONSTRUÇÃO APRESENTADAS EM PROJETO COMO EXISTENTE

PISO "0"	C/	93,77	M2	HABITAÇÃO
PISO "1"	C/	91,73	M2	HABITAÇÃO
VARANDA	C/	2,04	M2	

ÁREAS BRUTAS TOTAIS DA EDIFICAÇÃO A ALTERAR, RECONSTRUIR E A AMPLIAR (APROVADAS POR DESPACHO DO SR. VEREADOR)

R/CHÃO	C/	115,20	M2	
1.º ANDAR	C/	129,83	M2	
2.º ANDAR	C/	138,20	M2	
SOTÃO	C/	110,22	M2	1 HABITAÇÃO
VARANDA (1.º ANDAR)	C/	4,12	M2	
VARANDA (2.º ANDAR)	C/	7,32	M2	
TERRAÇO (SOTÃO)	C/	23,90	M2	

1 ELEVADOR

DESTE PROJETO RESULTA TER QUE LIQUIDAR AS ÁREAS TOTAIS A ALTERAR, RECONSTRUIR E A AMPLIAR
NOTA DE LIQUIDAÇÃO

EMISSION DE ALVARÁ DE LICENÇA

(TAXA) = 96,56 €

PRAZO DA LICENÇA (PREVISTO NA CALENDARIZAÇÃO) 24 MESES X TAXA/MÊS 14,46 € = 347,04 €

SOMA = 443,60 €

ÁREAS BRUTAS A LIQUIDAR RELATIVO À ALTERAÇÃO, RECONSTRUÇÃO TOTAL E AMPLIAÇÃO

1) ÁREAS DOS PISOS (R/C, 1.º, 2.º ANDAR E SOTÃO)	493,45	x	1,12 €	=	552,67 €
2) VARANDAS	11,44	x	1,12 €	=	12,82 €
3) TERRAÇO	23,90	x	1,12 €	=	26,77 €
4) ELEVADOR	1,00	x	59,77 €	=	59,77 €

SOMA = 652,03 €

COLOCAÇÃO DE TAPUME E OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA

A OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DA OBRA, FOI ANALISADA PELA DIVISÃO DE TRÂNSITO EM 13.06.2018. O PRAZO DADO PARA A OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA É DE 12 MESES

EMISSION DE ALVARÁ DE LICENÇA DA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA

(TAXA) = 96,56 €

PRAZO DA LICENÇA DA O. V. P. 12 MESES X TAXA/MÊS 14,46 € = 173,52 €

SOMA = 270,08 €

ÁREAS E PRAZO DA O.V.P. DE ACORDO COM O INFORMADO PELA DIVISÃO DE TRÂNSITO

TAPUME = comprimento + largura + largura = área total (ml) x n.º de pisos x meses x taxa

ALÇADO PARA A RUA MONTE DE D' ARCOS

comprimento	largura	largura	área total ml	pisos	meses	taxa	total
8,20	2,00	2,00	12,20	4	12	2,38 €	1 393,73 €

OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA

comprimento	largura	área total m2	meses	taxa	total
8,20	2,00	16,40	12	2,38 €	468,39 €

TAPUME = comprimento + largura + largura = área total (ml) x n.º de pisos x meses x taxa

ALÇADO PARA A RUA DE SÃO DOMINGOS

comprimento	largura	largura	área total ml	pisos	meses	taxa	total
5,00	1,00	1,00	7,00	4	12	2,38 €	799,68 €

OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA

comprimento	largura	área total m2	meses	taxa	total
5,00	1,00	5,00	12	2,38 €	142,80 €

SOMA (TAPUME E OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA) = 2.804,60 €

TOTAL A LIQUIDAR RELATIVO À RECONSTRUÇÃO TOTAL/AMPLIAÇÃO E OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA

TOTAL A LIQUIDAR = 4.170,31 €

HÁ LUGAR AO PAGAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO COM A ÁREA DE 307,95 M2, RESULTANTE DA DIFERENÇA ENTRE AS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO PROPOSTAS C/ 493,45 M2 E AS ÁREAS DE CONTRUÇÃO EXISTENTES DOS DOIS PRÉDIO C/ 185,50 M, CUJO O FATOR CORRESPONDENTE AO USO E OU TIPO DE UTILIZAÇÃO PARA HABITAÇÃO É "1,00", CONFORME O PREVISTO NO (N.º 1, DO ARTIGO 3.º, DO REGULAMENTO DE COBRANÇA DE TAXA PELA REALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORÇO DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS).

APLICAÇÃO DA FORMULA = $i \times l \times u \times A \times C$

i = 0,012	não inserida em loteamento
l = 1,00	dentro do perímetro urbano
u = 1,00	factor correspondente ao uso ou tipo de utilização das edificações (habitação = 1,00)
A = 307,95	áreas ampliadas (habitação) (m2)
C = 801,06	C - euros/m2 - é o custo correspondente a área do metro quadrado de construção definido pela Portaria que fixa periodicamente os
TMU = 0,012 X 1,00 X (1,00 X 307,95 m2) X 801,06 =	

2.960,24 €

1) INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS (TMU)

SOMA = 2.960,24 €

TOTAL A LIQUIDAR RELATIVO À RECONSTRUÇÃO TOTAL/AMPLIAÇÃO, OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA E TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

TOTAL A LIQUIDAR = 7.130,55 €

sete mil cento e trinta euros e cinquenta e cinco centimos

DATA:
O, TÉCNICO:

2018.06.19

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

ALVARÁ DE LICENÇA DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA N.º 82 / 2019

Nos termos da parte D, do Código Regulamentar do Município de Braga, por despacho proferido em 13/06/2018, pelo Sr. Diretor de Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial, no uso das competências atribuídas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, em 5/12/2016 é emitido o presente alvará de licença de **ocupação da via pública**, em nome de **BRAXICOM, S. A.**, com o número de identificação fiscal 505 855 976, cuja operação urbanística visa a reconstrução integral e a ampliação de dois prédios urbanos, convertendo-os numa única parcela destinada a uma habitação unifamiliar, sito na rua Monte de Arcos e rua de São Domingos, com os n.ºs 15 e 16 de polícia, da Freguesia de Braga (São Vitor), descritos na 1.ª Conservatória do registo Predial de Braga sob os n.ºs 3366 e 2647 e inscrito na matriz urbana com os n.ºs 885 e 1934, da respetiva Freguesia, apresentando as seguintes características:

Pode autorizar-se a ocupação da via pública para colocação de tapu
condições:

Alçado para a Rua Monte D' Arcos:

Tapume: 4 Pisos c/ $(8.20\text{ m} + 2.00\text{ m} + 2.00\text{ m}) = 12.20\text{ m}$;

Ocupação da via pública = $(8.20\text{ m} \times 2.00\text{ m}) = 16.40\text{ m}^2$;

Alçado para a Rua São Domingos:

Tapume: 4 Pisos c/ $(5.00\text{ m} + 1.00\text{ m} + 1.00\text{ m}) = 7.00\text{ m}$;

Ocupação da via pública = $(5.00\text{ m} \times 1.00\text{ m}) = 5.00\text{ m}^2$;

Condicionamentos das obras

Deverá ser salvaguardada um espaço com largura não inferior a 1,20 metros livre para passagem de peões.

Na impossibilidade de salvaguarda do espaço acima referido, deverá ser criada uma passagem para peões alternativa, ao nível do passeio, paralela ao (s) tapume (s).

Deve ser salvaguardada a circulação de peões e veículos em condições de segurança.

Devem ser salvaguardadas todas as normas de segurança e sinalização em vigor.

Nota: No final do prazo da ocupação da via pública, deverá ser equacionada a sua permanência.

Prazo para a ocupação da via pública: **12 meses**.

O Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade

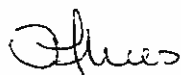


Miguel de Melo Bandeira, Prof.

Registado na Câmara Municipal de Braga, em 13 de março de 2019

Manuel. Silva - Assistente Técnico.

Pago pela guia n.º.: Tem pedido de isenção (E/43534/2019)



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE ALTERAÇÃO, RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO N.º 131 / 2019

Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, é emitido o presente alvará de licenciamento de **obras de alteração, reconstrução e ampliação**, em nome de **BRAXICOM, S. A.**, com o número de identificação fiscal 505 855 976, cuja operação urbanística visa a reconstrução integral e a ampliação de dois prédios urbanos, convertendo-os numa única parcela destinada a uma habitação unifamiliar, sito na rua Monte de Arcos e rua de São Domingos, com os n.ºs 15 e 16 de polícia, da Freguesia de Braga (São Vitor), descritos na 1.ª Conservatória do registo Predial de Braga sob os n.ºs 3366 e 2647 e inscrito na matriz urbana com os n.ºs 885 e 1934, da respetiva Freguesia;

As obras foram aprovadas pelo Sr. Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento e Mobilidade, por despacho de 22/03/2016, com competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, em 06/11/2017 e respetam o disposto no indicado do Plano Diretor Municipal de Braga e o Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga, apresentando as seguintes características:

Área total do edifício a alterar, reconstruir e a ampliar: 493,45 m²;
Volumetria total do edifício a alterar, reconstruir e a ampliar: 1.480,35 m³;
Área total da implantação do edifício a alterar, reconstruir e a ampliar: 115,20 m²;
Número de pisos acima da cota de soleira: 4 pisos;
Número de pisos abaixo da cota de soleira: 0;
Altura da fachada do edifício: 12,80 m;
Uso a que se destina a edificação: Habitação Unifamiliar de tipologia "T4";
Número total de fogos – 1;

Prazo para a conclusão das obras **24 meses**.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

O Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade.



Miguel de Melo Bandeira, Prof.

Registado na Câmara Municipal de Braga, em 13 de março de 2019

Manuel Silva - Assistente Técnico.

Pago pela guia n.º: 009/5993/2019 (taxa TMU). Tem pedido de isenção (E/43534/2019)



Processo: 676 / 2015

Requerimento: 43534/2018

Requerente: Braxicom, S.A.

Local da obra: Largo Monte de Arcos, 15 - 16 - Braga (São Vitor)

Assunto: Isenção de taxas de licença e de OVP.

Informação técnica N.º 25251/2018

Técnico responsável: Manuel Faria Lopes

Data: 07-08-2018

À S.ª de Ex.ª

18.08.20



1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

1.1 O requerente solicita, através do requerimento registado E/43534/2018, isenção de taxas de licença e de espaço público, para a realização das obras de reconstrução do prédio, sito na rua de Monte d'Arcos e rua de S. Domingos, n.º 15 e 16, com o n.º de processo 676/2015, ao abrigo do artigo B-3/4.º do Código Regulamentar do Município de Braga publicado em 26/10/2016 (regulamento n.º 973/2016).

2. ANÁLISE

2.1 O pedido reúne as condições para ser concedida a isenção de taxas de licença e taxas de ocupação de espaço público, exceto TMU (Taxa Municipal de Urbanização), conforme previsto na alínea i) e alínea iii), n.º 1, do Art.º H-1/17.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3. PROPOSTA

3.1 Propõe-se o deferimento do pedido de isenção de taxas.



Digitally signed by MANUEL
FARIA LOPES
Date: 2018.08.07 09:37:26
+01:00
Location: Portugal

Câmara Municipal de Braga

Conta Corrente de Entidades

25/03/2019

pagou 1290

Nº. Contribuinte: 505855976

Nome: Braxicom, S.A.

Ano	Data	Aplicação/Área de Faturação	Documento	Nº. Doc.	Valor Doc.	Valor Pago	Valor Divida	Situação	Serviço Emissor
2016	27/12/2016	MER	FAT.	003/291	18,85		18,85	Pago	01 - Financeira
	04/01/2017	Pagamento FAT. 003/291 de 2016 efetuado pela Guia Nº 01/1227 de 2017				18,85		0,00 Recebido por: Multibanco	
2019	14/01/2019	SGF Policia Municipal	FAT.	008/558	30,00		30,00	Pago	06 - Policia Municipal
	21/01/2019	Pagamento FAT. 008/558 de 2019 efetuado pela Guia Nº 06/528 de 2019				30,00		0,00 Recebido por: Multibanco	
	18/01/2019	SGF Policia Municipal	FAT.	008/765	120,00		120,00	Emitido	06 - Policia Municipal
2018	23/01/2018	SGF	FAT.	008/766	5,68		5,68	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/766 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/369 de 2018				5,68		120,00 Recebido por: Tesouraria	
2017	13/02/2017	GUI Serviços Diversos	FAT.	009/3641	12,31		12,31	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/3641 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/3020 de 2017				12,31		120,00 Recebido por: Tesouraria	
2018	16/02/2018	GUI Licenc. Ativ. e Serviços - Atividade FAT.		009/4356	47,70		47,70	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/4356 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/2267 de 2018				47,70		120,00 Recebido por: Tesouraria	
	22/02/2018	GUI Urbanismo	FAT.	009/4773	140,77		140,77	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/4773 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/2451 de 2018				140,77		120,00 Recebido por: Tesouraria	
2019	13/03/2019	GUI Urbanismo	FAT.	009/5993	2 960,24		2 960,24	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/5993 de 2019 efetuado pela Guia Nº 03/2614 de 2019				2 960,24		120,00 Recebido por: Tesouraria	
2017	07/04/2017	GUI Licenciamento de Atividades e Se FAT.		009/7835	5,62		5,62	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/7835 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/6535 de 2017				5,62		120,00 Recebido por: Tesouraria	
2018	23/04/2018	GUI Urbanismo	FAT.	009/9680	5,68		5,68	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/9680 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/4538 de 2018				5,68		120,00 Recebido por: Tesouraria	
2017	01/06/2017	GUI Licenciamento de Atividades e Se FAT.		009/11633	5,62		5,62	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/11633 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/9561 de 2017				5,62		120,00 Recebido por: Tesouraria	
	26/09/2017	GUI Urbanismo	FAT.	009/19519	19,63		19,63	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/19519 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/15824 de 2017				19,63		120,00 Recebido por: Tesouraria	
	16/11/2017	GUI Serviços Diversos	FAT.	009/23426	73,95		73,95	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/23426 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/18364 de 2017				73,95		120,00 Recebido por: Tesouraria	
	05/12/2017	GUI Urbanismo	FAT.	009/24871	47,20		47,20	Pago	03 - Balcão Único

Câmara Municipal de Braga

Conta Corrente de Entidades

25/03/2019

Nº. Contribuinte: 505855976

Nome: Braxicom, S.A.

Ano	Data	Aplicação/Área de Faturação	Documento	Nº. Doc.	Valor Doc.	Valor Pago	Valor Divida	Situação	Serviço Emissor
2017	05/12/2017	Pagamento FAT. 009/24871 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/19233 de 2017	FAT.	009/31163	3,80	47,20	120,00	Recebido por: Tesouraria	03 - Balcão Único
2018	30/10/2018	GUI Serviços Diversos	FAT.	009/31163	3,80	3,80	123,80	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/31163 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/11704 de 2018	FAT.	010/1070	19,13	19,13	120,00	Recebido por: Multibanco	01 - Financeira
2017	22/01/2018	MER	FAT.	010/1070	19,13	19,13	139,13	Pago	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/1070 de 2018 efetuado pela Guia Nº 01/2505 de 2018	FAT.	010/1607	18,85	18,85	120,00	Recebido por: Multibanco	01 - Financeira
2017	25/01/2017	MER	FAT.	010/1607	18,85	18,85	138,85	Pago	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/1607 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/3952 de 2017	FAT.	010/2377	19,13	19,13	120,00	Recebido por: Multibanco	01 - Financeira
2018	21/02/2018	MER	FAT.	010/2377	19,13	19,13	139,13	Pago	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/2377 de 2018 efetuado pela Guia Nº 01/4803 de 2018	FAT.	010/2893	18,93	18,93	120,00	Recebido por: Multibanco	01 - Financeira
2017	24/02/2017	MER	FAT.	010/2893	18,93	18,93	138,93	Pago	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/2893 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/6525 de 2017	FAT.	010/3524	19,13	19,13	120,00	Recebido por: Multibanco	01 - Financeira
2018	21/03/2018	MER	FAT.	010/3524	19,13	19,13	139,13	Pago	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/3524 de 2018 efetuado pela Guia Nº 01/6700 de 2018	FAT.	010/3967	18,93	18,93	120,00	Recebido por: Multibanco	01 - Financeira
2017	24/03/2017	MER	FAT.	010/3967	18,93	18,93	138,93	Pago	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/3967 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/8281 de 2017	FAT.	010/5197	18,93	18,93	120,00	Recebido por: Multibanco	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/5197 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/10074 de 2017	FAT.	010/6374	18,93	18,93	138,93	Pago	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/6374 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/12189 de 2017	FAT.	010/7706	18,93	18,93	120,00	Recebido por: Multibanco	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/7706 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/14477 de 2017	FAT.	010/9118	18,93	18,93	138,93	Pago	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/9118 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/16291 de 2017	FAT.	010/10323	18,93	18,93	120,00	Recebido por: Multibanco	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/10323 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/17975 de 2017	FAT.	010/11588	18,93	18,93	138,93	Pago	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/11588 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/17975 de 2017	FAT.	010/11588	18,93	18,93	120,00	Recebido por: Multibanco	01 - Financeira
		Pagamento FAT. 010/11588 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/17975 de 2017	FAT.	010/11588	18,93	18,93	138,93	Pago	01 - Financeira

Câmara Municipal de Braga

Conta Corrente de Entidades

25/03/2019

Nº. Contribuinte: 505855976

Nome: Braxicom, S.A.

Ano	Data	Aplicação/Área de Faturação	Documento	Nº. Doc.	Valor Doc.	Valor Pago	Valor Divida	Situação	Serviço Emissor
2017	02/10/2017	Pagamento FAT. 010/11588 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/20011 de 2017				18,93	120,00	Recebido por: Multibanco	
	23/10/2017	MER	FAT.	010/12601	18,93		138,93	Pago	01 - Financeira
	31/10/2017	Pagamento FAT. 010/12601 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/21822 de 2017				18,93	120,00	Recebido por: Multibanco	
	24/11/2017	MER	FAT.	010/13915	18,93		138,93	Pago	01 - Financeira
	05/12/2017	Pagamento FAT. 010/13915 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/23924 de 2017				18,93	120,00	Recebido por: Multibanco	
	20/12/2017	MER	FAT.	010/15005	18,93		138,93	Pago	01 - Financeira
2018	03/01/2018	Pagamento FAT. 010/15005 de 2017 efetuado pela Guia Nº 01/358 de 2018				18,93	120,00	Recebido por: Multibanco	
	31/10/2018	SGF	FAT.	014/2658	5,68		125,68	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 014/2658 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/8569 de 2018				5,68	120,00	Recebido por: Tesouraria	
Total da Entidade :					3 787,20	3 667,20	120,00		

Documentos consultados: 31

Documentos Pagos: 30

Total de Documentos: 31

Total de Documentos Pagos: 30

Total : 3 787,20 3 667,20 120,00

Informação - 2565**Assunto:** Análise Isenções de taxas relativas a operações urbanísticas de reconstrução e ampliação**Processo n.º 401/URB/PROC/15 MCSR Construções, Lda.**

Com. b.
À Dir. Municipal para
os devidos efeitos.

1921-24



1 – No processo supra identificado foi solicitado parecer jurídico, pelo Sr. Diretor da DMGAP, no sentido de esclarecer se *"A isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente) ou subjetiva (que é atribuída em função da qualidade do requerente)..."*

Analizados os elementos disponíveis, verifica-se que a questão levantada se prende com a isenção ou aplicação de taxas por obras de reconstrução e ampliação de edifícios no centro histórico, promovidas por empresa de construção.

2 - Para enquadrar a questão, cumpre, antes de mais, invocar a mudança de paradigma instituída com as alterações legislativas e regulamentares determinadas pelo **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRE)**, DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, que consagrou um conjunto de reformas nos procedimentos administrativos, que visou a agilização, flexibilização e simplificação das operações urbanísticas em áreas de reabilitação urbana, tal como de edifícios ou frações, mesmo estando fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique essa intervenção.

Com efeito, ao sublinhar a importância da reabilitação urbana como fator de desenvolvimento das cidades e da economia no país, estabeleceu-se um regime para a "proteção do existente", que permitiu dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção em geral.

No seguimento dessa política de salvaguarda, foi também publicado o **Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril (RERU)**, que instituiu um Regime Excecional e temporário de reabilitação de edifícios, abrangendo as obras de conservação, de alteração, de reconstrução

e de construção e ampliação, quando estas últimas sejam condicionadas por certas características pré-existentes, juntamente com as alterações de utilização. O RERU visou, em complemento das medidas consagradas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção, quando as mesmas, por terem sido orientadas para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.

Como instrumento adicional de estímulo às operações de requalificação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais ativa no processo e ao estabelecimento de parcerias com as entidades públicas, consagrou-se um conjunto de **benefícios fiscais**.

O **Estatuto dos Benefícios Fiscais** instituiu, na verdade, um conjunto de incentivos específicos em matéria de reabilitação urbana, para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação localizados em ARU, em matéria de IMI, IRS, mais-valias, rendimentos prediais e IVA.

3 - Ora, neste contexto legislativo, o Município de Braga, foi adaptando os seus regulamentos e adotou, também, **medidas de incentivo à revitalização e reabilitação de edifícios, nomeadamente, no centro histórico** - vide Artigo B-3/4.º, do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).

Assim, dispõe o **artigo B-3/4.º**: *“Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e revitalização do Centro Histórico, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:*

- a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º;*
- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede de elaboração dos respetivos projetos;*

- c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.” (sublinhado nosso)*

Relativamente às **isenções e reduções de taxas**, aplica-se a Secção III, do Título I, da Parte H, do CRMB, dos artigos H-1/15.º a H-1/21.º.

No tocante às **isenções**, o CRMB estabelece a possibilidade de isenções subjetivas, em função da pessoa ou entidade que as requer- **artigo H-1/16.º**, bem como isenções relativas a operações urbanísticas no centro histórico – **artigo H-1/17.º**.

A competência para a concessão de isenções ou reduções é da Câmara Municipal, devendo, posteriormente, dar-se conhecimento das isenções e reduções concedidas, à Assembleia Municipal. (cfr. artigo H-1/18.º)

Importa, também, destacar o disposto no artigo H-1/19.º (fundamentação das isenções e reduções).

Conforme resulta do **artigo B-3/4.º** supra transcrito, as operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normas urbanísticas do Título B-3, poderão ser isentas de taxas, nos termos do definido no artigo H-1/17.º.

Por seu turno, dispõe o **artigo H-1/17.º**:

“1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

- i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;*

- ii. *Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;*
- iii. *Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.*

2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor."

4 - Enquadrada a questão, afigura-se-nos que à situação em apreço, se aplica o disposto no artigo H-1/17.º, cujo fundamento é, precisamente, tal como resulta da leitura conjugada da norma com o artigo B-3/4.º, o incentivo às operações urbanísticas aí elencadas, designadamente, às operações de reabilitação. É essa a razão de ser da norma: o incentivo e o incremento das operações de reabilitação e reconstrução nos edifícios do centro histórico.

Esta norma especial, não contendendo nem contrariando o disposto no artigo H-1/19.º, norma geral e programática, de fundamentação geral, para os pedidos de isenção e redução, estabelece, no entanto, uma fundamentação específica e particular, a verificar, no caso concreto, para as situações que elenca.

Face ao exposto, parece-nos irrelevante a questão de saber quem (sujeito) requer a isenção e quais as condições económicas do requerente, uma vez que a isenção se aplica (ou poderá ser aplicável, desde que reunidos os pressupostos constantes do art. H-1/17.º) à operação urbanística, objetivamente considerada.



BRAGA

DMGAP - Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Assim, em jeito de conclusão, afigura-se-nos claro que a isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente), porque atribuída em função da concretização de determinada operação urbanística que se pretende incentivar, no âmbito do que vem sido sustentado nos diplomas legais supra analisados.

Este é s.m.o., o nosso parecer.

A Jurista,

Ana Beirão
22/01/2019.

DMGAP

Concordo com a
interpretação da M. Ana Bernardo.
Remeter à M. Olga Pereira.
Como esta interpretação merece a
concordância do M. Presidente, ser
de adotar este entendimento, mais
e em todos os casos análogos.
Após despacho, remeter à Direção
Financeira.
Cópia à DMUOP.

23/01/2019 *dy*

Nº Informação: 12850

Data: 29/04/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 24485/2018 – Pedido de Isenção de pagamento de taxas e outras receitas Municipais, relativo ao **pedido de uma Certidão de Urbanismo**, referente ao prédio rústico **sito no lugar de Cernadas, freguesia de Sobreposta**, deste concelho, propriedade de **José Luis Miranda Lopes**, contribuinte nº 192 985 744.

- 1 - Julgo não haver enquadramento legal fase ao disposto nos artigos H-1/15º e artigo H-1/16º do Código regulamentar do Município de Braga, para poder beneficiar da isenção do pagamento de taxas
- 2 Pelo exposto, smo, será de propôr indeferimento do pedido, remetendo-se ao serviço emissor (DAC) para notificação, faturação das taxas devidas.

À consideração superior.

A Divisão Financeira,



*Concorda com a informação
a Coordenação Superior,
Braga, 11/06/19.*

*Concordo. À consideração superior (A. DMGAP),
Miguel Antunes Guimarães
26/06/2019*

M. Miguel Jesus.

2019/06/26

du

*À consideração superior, com propôr
de indeferimento.*

192985744



Assunto PEDIDOS DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS
REGISTOS N.º E/24485/2018 e E/34606/2018

Despacho Relativamente aos pedidos de isenção de taxas apresentados no presente procedimento cumpre-me informar o seguinte:

1. Nos termos da informação que antecede, o **pedido de isenção apresentado não possui enquadramento legal** nos artigos H-1/15.º e H-1/16.º, do CRMB - Código Regulamentar do Município de Braga.
2. Pese embora a referida ausência de enquadramento legal, deve esclarecer-se que o pedido de isenção em questão se encontra relacionado com as **taxas devidas pelo pedido de emissão de certidão "comprovativa de que o prédio sito no lugar de Cernades, da Freguesia de Sobreposta, do concelho de Braga, (...) foi atravessado pela Rua denominada de Cernades, pelo que deu lugar a dois prédios autónomos"**, sendo que, de acordo com o alegado pelo requerente, a situação que agora se pretende regularizar decorre da cedência de terrenos, à Junta de Freguesia de Sobreposta, a título gratuito, para alargamento do arruamento supramencionado.
3. Foram apresentados no presente processo os vários acordos de cedência estabelecidos entre o requerente e a Junta de Freguesia de Sobreposta, para os efeitos acima indicados, sendo que um deles refere que o **"terreno inferior entre caminho passará a ter viabilidade de construção"**.

Face ao anteriormente exposto à DMUOP-SA a fim de remeter o presente pedido de isenção de taxas à reunião de executivo municipal para apreciação e deliberação.

Braga, 29 de maio de 2018

O Diretor do Departamento de Gestão Urbana

NUNO PEDRO
DA SILVA
JESUS MONTEIRO
MONTEIRO

Digitally signed by NUNO
PEDRO DA SILVA
JESUS MONTEIRO
Date: 2018.05.29
Time: 15:00
Location: Portugal

A ns do Excmo. Municipal,
18.05.29
[Signature]

3.1 PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - JOSÉ LUÍS MIRANDA LOPES:

Submete-se à consideração do Executivo o pedido de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais, apresentada por José Luís Miranda Lopes, relativa ao pedido de certidão de urbanismo. Tem parecer da Divisão Financeira, pelo que não é de deferir a referida isenção, nos artigos H-1/15º e artigo H-1/16º. do Código Regulamentar do Município de Braga.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Retorno de e.g.m.



Deitado da agenda

Nº Informação: 12850

Data: 29/04/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 24485/2018 – Pedido de Isenção de pagamento de taxas e outras receitas Municipais, relativo ao pedido de uma Certidão de Urbanismo, referente ao prédio rústico sito no lugar de Cernadas, freguesia de Sobreposta, deste concelho, propriedade de José Luis Miranda Lopes, contribuinte nº 192 985 744.

- 1 - Julgo não haver enquadramento legal fase ao disposto nos artigos H-1/15º e artigo H-1/16º do Código regulamentar do Município de Braga, para poder beneficiar da isenção do pagamento de taxas
- 2 Pelo exposto, smo, será de propôr indeferimento do pedido, remetendo-se ao serviço emissor (DAC) para notificação, faturação das taxas devidas.

À consideração superior.

A Divisão Financeira,

*Concordo com a impugnação feita.
A consideração superior.
Danteuê, 29/04/19.*

Concordo com a impugnação feita.

A pedido do Sr. DMGAP, Dr. Miguel

Antunes

2019/04/30

Concordo.
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

7/5/2019

*À ms do Excmo, com proposta
de indeferimento. 19-5508*



BRAGA

DMGAP - Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Informação - 2565

Concluído.
À Dir. Municipal para os devidos efeitos.
Assunto: Análise Isenções de taxas relativas a operações urbanísticas de reconstrução e ampliação

Processo n.º 401/URB/PROC/15 MCSR Construções, Lda.

1901-29

1 – No processo supra identificado foi solicitado parecer jurídico, pelo Sr. Diretor da DMGAP, no sentido de esclarecer se *"A isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente) ou subjetiva (que é atribuída em função da qualidade do requerente)..."*

Analizados os elementos disponíveis, verifica-se que a questão levantada se prende com a isenção ou aplicação de taxas por obras de reconstrução e ampliação de edifícios no centro histórico, promovidas por empresa de construção.

2 - Para enquadrar a questão, cumpre, antes de mais, invocar a mudança de paradigma instituída com as alterações legislativas e regulamentares determinadas pelo **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRE)**, DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, que consagrou um conjunto de reformas nos procedimentos administrativos, que visou a agilização, flexibilização e simplificação das operações urbanísticas em áreas de reabilitação urbana, tal como de edifícios ou frações, mesmo estando fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique essa intervenção.

Com efeito, ao sublinhar a importância da reabilitação urbana como fator de desenvolvimento das cidades e da economia no país, estabeleceu-se um regime para a "proteção do existente", que permitiu dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção em geral.

No seguimento dessa política de salvaguarda, foi também publicado o **Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril (RERU)**, que instituiu um Regime Excecional e temporário de reabilitação de edifícios, abrangendo as obras de conservação, de alteração, de reconstrução

e de construção e ampliação, quando estas últimas sejam condicionadas por certas características pré-existentes, juntamente com as alterações de utilização. O RERU visou, em complemento das medidas consagradas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção, quando as mesmas, por terem sido orientadas para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.

Como instrumento adicional de estímulo às operações de requalificação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais ativa no processo e ao estabelecimento de parcerias com as entidades públicas, consagrou-se um conjunto de **benefícios fiscais**.

O **Estatuto dos Benefícios Fiscais** instituiu, na verdade, um conjunto de incentivos específicos em matéria de reabilitação urbana, para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação localizados em ARU, em matéria de IMI, IRS, mais-valias, rendimentos prediais e IVA.

3 - Ora, neste contexto legislativo, o Município de Braga, foi adaptando os seus regulamentos e adotou, também, medidas de incentivo à revitalização e reabilitação de edifícios, nomeadamente, no centro histórico - vide Artigo B-3/4.º, do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).

Assim, dispõe o **artigo B-3/4.º**: *"Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e revitalização do Centro Histórico, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:*

- a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º;*
- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede de elaboração dos respetivos projetos;*

- c) *Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.” (sublinhado nosso)*

Relativamente às **isenções e reduções de taxas**, aplica-se a Secção III, do Título I, da Parte H, do CRMB, dos artigos H-1/15.º a H-1/21.º.

No tocante às **isenções**, o CRMB estabelece a possibilidade de isenções subjetivas, em função da pessoa ou entidade que as requer- **artigo H-1/16.º**, bem como isenções relativas a operações urbanísticas no centro histórico – **artigo H-1/17.º**.

A competência para a concessão de isenções ou reduções é da Câmara Municipal, devendo, posteriormente, dar-se conhecimento das isenções e reduções concedidas, à Assembleia Municipal. (cfr. artigo H-1/18.º)

Importa, também, destacar o disposto no artigo H-1/19.º (fundamentação das isenções e reduções).

Conforme resulta do **artigo B-3/4.º** supra transcrito, as operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normas urbanísticas do Título B-3, poderão ser isentas de taxas, nos termos do definido no artigo H-1/17.º.

Por seu turno, dispõe o **artigo H-1/17.º**:

“1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

- i. *Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;*

- ii. *Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;*
- iii. *Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.*

2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor."

4 - Enquadrada a questão, afigura-se-nos que à situação em apreço, se aplica o disposto no artigo H-1/17.^º, cujo fundamento é, precisamente, tal como resulta da leitura conjugada da norma com o artigo B-3/4.^º, o incentivo às operações urbanísticas aí elencadas, designadamente, às operações de reabilitação. É essa a razão de ser da norma: o incentivo e o incremento das operações de reabilitação e reconstrução nos edifícios do centro histórico.

Esta norma especial, não contendendo nem contrariando o disposto no artigo H-1/19.^º, norma geral e programática, de fundamentação geral, para os pedidos de isenção e redução, estabelece, no entanto, uma fundamentação específica e particular, a verificar, no caso concreto, para as situações que elenca.

Face ao exposto, parece-nos irrelevante a questão de saber quem (sujeito) requer a isenção e quais as condições económicas do requerente, uma vez que a isenção se aplica (ou poderá ser aplicável, desde que reunidos os pressupostos constantes do art. H-1/17.^º) à operação urbanística, objetivamente considerada.



BRAGA

DMGAP - Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Assim, em jeito de conclusão, afigura-se-nos claro que a isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente), porque atribuída em função da concretização de determinada operação urbanística que se pretende incentivar, no âmbito do que vem sido sustentado nos diplomas legais supra analisados.

Este é s.m.o., o nosso parecer.

A Jurista,

Maria Beatriz
22/01/2019.

DMGAP

Concordo com a
interpretação de M.º Ana Bernardo.
Remeter à M.º Olga Pereira.
Como esta interpretação merece a
concordância do M.º Presidente,erei
de adoptar este entendimento neste
e em todos os casos análogos.
Após despacho, remeter à Direcção
Financeira.
Cópia à DMUOP.

23/01/2019 *dy*